investco

Investco S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 00.644.907/0001-93

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2014, tivemos um ano desafiador em decorrência do cenário hidrológico, porém marcado pela nossa capacidade de adaptação às necessidades e às mudanças de mercado. Mais do que simplesmente estabelecer metas, trabalhamos para incluir todos em um único projeto, compartilhando responsabilidades e conquistas com todos os níveis da organização. Agradeço aos nossos clientes e parceiros de negócio pelo relacionamento duradouro, aos acionistas pela confiança em nossa administração e aos colaboradores pela dedicação e profissionalismo.

A COMPANHIA

A Investco S.A. é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. A empresa tem contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, esta companhia tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta. A energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da usina, na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Investco S.A opera e mantém a UHE Lajeado, através de quadro próprio, treinado e qualificado para cumprir essa missão da melhor forma possível. No ano de 2014, a geração realizada foi de 4.762,4 GWh, 3,2% superior à energia assegurada anual de 4.613,0 GWh. A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 94,5%, fechando o mês de Dezembro com disponibilidade média de 92,6% (apurada com base na média dos últimos 60 meses), índice também superior ao exigido no Contrato de Concessão, que é de 89,6%.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

INVESTCO

Demonstrativo de Resultados (R$ mil)	4T14	4T13	%	2014	2013	%
Receita operacional líquida	**51.348**	**49.171**	**4,4%**	**205.131**	**196.418**	**4,4%**
Gastos não gerenciáveis	**(1.081)**	**(417)**	**159,2%**	**(3.478)**	**(1.720)**	**102,2%**
Energia comprada para revenda	(668)	(20)	3240,0%	(1.822)	(90)	1924,4%
Encargos de uso do sistema	(345)	(338)	2,1%	(1.380)	(1.390)	-0,7%
Outros	(68)	(59)	15,3%	(276)	(240)	15,0%
Margem Bruta	**50.267**	**48.754**	**3,1%**	**201.653**	**194.698**	**3,6%**
Gastos gerenciáveis	**(18.540)**	**(20.175)**	**-8,1%**	**(67.770)**	**(68.733)**	**-1,4%**
Total do PMSO	**(9.318)**	**(10.926)**	**-14,7%**	**(30.920)**	**(31.693)**	**-2,4%**
Pessoal	(3.058)	(3.927)	-22,1%	(11.277)	(12.129)	-7,0%
Material	(287)	(369)	-22,2%	(961)	(1.059)	-9,3%
Serviços de terceiros	(5.262)	(5.441)	-3,3%	(16.403)	(14.560)	12,7%
Provisões	(2)	80	-102,5%	217	(913)	-123,8%
Outros	(709)	(1.269)	-44,1%	(2.496)	(3.032)	-17,7%
Aluguéis e arrendamentos	(89)	(160)	-44,4%	(342)	(478)	-28,5%
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	(12)	(343)	-96,5%	(180)	(343)	-47,5%
Outras	(608)	(766)	-20,6%	(1.974)	(2.211)	-10,7%
Depreciação e amortização	**(9.222)**	**(9.249)**	**-0,3%**	**(36.850)**	**(37.040)**	**-0,5%**
Depreciação	(9.027)	(9.054)	-0,3%	(36.061)	(36.249)	-0,5%
Amortização	(195)	(195)	0,0%	(789)	(791)	-0,3%
Resultado do serviço (EBIT)	**31.727**	**28.579**	**11,0%**	**133.883**	**125.965**	**6,3%**
EBITDA	**40.949**	**37.828**	**8,3%**	**170.733**	**163.005**	**4,7%**
Margem EBITDA	79,7%	76,9%	3,7%	83,2%	83,0%	0,3%
Resultado das participações societárias	**-**	**-**	**0,0%**	**-**	**-**	**0,0%**
Resultado financeiro líquido	**(9.558)**	**(9.955)**	**-4,0%**	**(22.038)**	**(33.003)**	**-33,2%**
Receitas financeiras	1.502	848	77,1%	5.524	2.611	111,6%
Despesas financeiras	(11.060)	(10.803)	2,4%	(27.562)	(35.614)	-22,6%
LAIR	22.169	18.624	19,0%	111.845	92.962	20,3%
IR e Contribuição social	10.904	12.008	-9,2%	(19.313)	(12.761)	51,3%
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.202	12.957	-36,7%	(19.833)	(14.118)	40,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.702	(949)	-384,7%	520	1.357	-61,7%
Lucro líquido antes de minoritários	33.073	30.632	8,0%	92.532	80.201	15,4%
Reversão dos juros sobre capital próprio	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Participações dos acionistas não controladores	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Partes Beneficiárias	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Lucro líquido	**33.073**	**30.632**	**8,0%**	**92.532**	**80.201**	**15,4%**

A Investco S.A. registrou Receita Operacional Bruta de R$ 228,3 milhões em 2014, aumento de 4,4% frente ao realizado no ano de 2013 que totalizou R$ 218,6 milhões. Este aumento de R$ 9,7 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) sobre o Cálculo do Arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos estão inclusos a remuneração dos custos operacionais. A Companhia não possui dívidas de empréstimos e financiamentos. O endividamento financeiro atingiu R$ 89,6 milhões em 2014 (valor na sua totalidade referente às ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39). O PMSO compreendido pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros e outras despesas foi reduzido em R$ 0,8 milhões ou 2,4% entre os anos comparados, principalmente, devido aos menores gastos com pessoal e processos judiciais aliados à gestão eficiente de custos. O EBITDA (lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional) totalizou R$ 170,7 milhões no ano de 2014 frente aos R$ 163,0 milhões do ano de 2013, aumento em decorrência da aplicação do CA. O EBIT (lucro antes dos juros e impostos) totalizou R$ 133,9 milhões em 2014, aumento de 6,3% sobre o ano de 2013, esta variação é em função, principalmente, do aumento da Receita Operacional Bruta, fazendo o Lucro Líquido fechar o ano de 2014 em R$ 92,5 milhões, um aumento de 15,4% em relação ao ano anterior. Os Investimentos em 2014 totalizaram R$ 8,1 milhões sendo: R$ 6,4 milhões em Máquinas e Equipamentos, R$ 0,9 milhões em barragens, R$ 0,6 milhões em veículos e R$ 0,2 milhões em TI, 13,6% superior ao ano de 2013.

MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Com foco na sustentabilidade, a Investco, ao longo de 2014, programou sua Política de Responsabilidade Socioambiental buscando o desenvolvimento da comunidade do entorno e a conservação do meio ambiente em que está inserida, destinando seus investimentos sociais com foco na educação, cultura, lazer e esporte, de acordo com as melhores práticas de mercado, visando à adoção de hábitos para a conscientização ambiental.

Por meio do diálogo permanente com a comunidade, os investimentos socioambientais de 2014 focaram o uso múltiplo e preservação do reservatório, além do desenvolvimento de seu entorno. Em parceria com a sociedade civil organizada, gestores públicos, setor privado e instituições de ensino, as atividades foram implantadas sob a vertente da educação ambiental, trabalhada de maneira transversal e envolvendo um público de mais de 10 mil pessoas, primando pela sustentabilidade do meio com a premissa "Quem Ama Cuida".

A interação com a comunidade possibilita um caminho seguro e eficaz para a transformação da sociedade, que passa a optar pelo desenvolvimento sustentável e conservação de seus recursos naturais.

CANAIS DE DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

Central de Atendimento - Para promover o diálogo constante com a comunidade do entorno do reservatório, a Investco mantém uma Central de Atendimento, com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 646 3443. Por meio dele, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos.

Site - Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. O site é utilizado também para a publicação de notícias sobre a empresa, a Usina e o setor elétrico, de forma geral.

Publicações em Jornais e Diário Oficial - Pelos grandes veículos de comunicação regionais e do DOE - TO (Diário Oficial do Estado do Tocantins), a Investco amplia o alcance da comunicação, interagindo com diversos públicos, e não somente com a comunidade local.

Comerciais via rádio - Outro veículo que atinge grande parte da população é o rádio. No último ano a Investco veiculou comerciais na rádio CBN sobre o Circuito Cultural e Esportivo Investco.

Visitas à Usina - Trata-se de uma atividade muito procurada pela comunidade. Após a solicitação por telefone e ofício a Investco recebe grupos de visitantes na usina, acompanhados por técnicos da área de comunicação. Na ocasião, os visitantes assistem a um vídeo institucional e de segurança, uma palestra sobre a empresa e o funcionamento da usina, além de verem de perto as instalações da UHE. No último ano, cerca de mil pessoas de diferentes locais do país, e de outros países, conheceram a usina.

Eventos externos - A fim de promover o desenvolvimento regional, a conservação do meio ambiente e estimular práticas saudáveis, a Investco realiza uma série de eventos esportivos e culturais abertos à comunidade. Essas atividades permitem aos participantes conhecerem as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa. Como reconhecimento pelo apoio ao esporte, a Investco ganhou do Ministério do Esporte, pelo quarto ano consecutivo, o prêmio de Empresa Amiga do Esporte, como a empresa que mais investe no esporte no Estado do Tocantins.

PROJETOS DE EDUCAÇÃO

Programa EDP nas Escolas - O programa investe em ações que contribuem para o fortalecimento da educação pública no Brasil, nas regiões com presença da EDP. Seu principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida estudantil de alunos de escolas públicas municipais de ensino fundamental. Em 2014 a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sebastião Sales Monteiro, no município de Lajeado, foi contemplada com este programa. Foram beneficiados 360 alunos que receberam kits com material escolar, incluindo o livro "Por que alimentar-se bem?", editado pela Faculdade de Saúde Pública de São Paulo. Além disso, 25 professores receberam orientações da nutricionista local, para trabalharem durante todo o ano com o tema "Alimentação Saudável com Energia". Os alunos participaram de concurso sobre o tema, tendo como produto final a produção de um livro de receitas saudáveis. A escola também recebeu a Cia Trem Bão, com o espetáculo "Dona Comilene".

LAMIRA Artes Cênicas - Esta companhia circulou com o espetáculo de dança na rua "DO REPENTE". A poética do espetáculo foi elaborada em torno do universo do Romanceiro Popular e da influência e presença dessa vertente na formação das "diversas culturas" brasileiras, inclusive da Região Norte. A circulação se deu pelas cidades Araguaína, Lajeado, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional, Tocantínia, além de São Paulo. Cada cidade recebeu uma oficina que usou de técnicas de expressão corporal aliadas a exercícios coletivos para desenvolver a temática da relação da produção artística com o meio em que se vive. As comunidades de forma geral foram bem receptivas ao espetáculo. O público estimado das apresentações foi de 4.000 pessoas e o das oficinas foi de 121.

Associação de Canoagem de Porto Nacional - Esta associação, através do projeto Remando para a Cidadania, beneficiou 55 crianças e adolescentes, com idade entre 11 e 18 anos, em situação de risco e/ou vulnerabilidade social. Também investiu na colocação de 10 jovens na categoria de alto rendimento, capacitando-os para competições, inclusive internacionais. Um dos jovens é atleta com necessidades especiais, cadeirante, e vive o sonho de participar das paraolimpíadas em 2016. O uso da canoagem como ferramenta para a inclusão social alia os temas da cidadania, como direitos e deveres além de vida saudável, vida em família, viver sem drogas, e acompanhamento escolar. Todo o desenvolvimento das atividades do projeto destaca a questão do uso sustentável do Lago, indicando o seu potencial turístico e econômico.

Associação Atlética Atenas - Esta associação desenvolve o projeto Inclusão Social através do Futebol Society, beneficiando 160 crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, moradores da região Sul de Palmas-TO. Este projeto tem buscado o desenvolvimento integral dos beneficiados e seus aspectos cognitivo, motor e sócio afetivo, além da inclusão social que o esporte pode proporcionar. Faz interface com as escolas municipais e estaduais, para acompanhamento de nota e desempenho dos alunos, para que obtenham melhor rendimento escolar e uma melhor qualidade de vida.

Associação de Mulheres em Ação de Palmas - Esta associação desenvolve o projeto Bioarte, que tem foco na qualificação profissional com produção de artesanato com frutos do cerrado. Geração de renda e inserção nas redes de economia solidária são ganhos possíveis aos participantes destes projetos. No ano de 2014, 75 artesãos (maioria mulheres) passaram pelas oficinas, com capacitação em produção, gestão, comercialização e estruturação de um empreendimento comercial.

Boca Livre - Iniciativa voltada a todos os colaboradores (inclusive terceiros) presentes no ambiente de trabalho. Consiste em apresentações de temas contemporâneos, que podem ou não fazer referência ao trabalho, mas que faz sentido à vida de forma geral. Foram três temas em 2014, com contratação e apresentação de profissional especialista: "Quem não se conhece, não se estabelece", "Roda da Vida: uma ferramenta de *coaching*" e "Motivação". Participaram em média 60 pessoas/tema, atividade seguida de um lanche comunitário.

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM n° 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), em Abril de 2014, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias. A PwC iniciou a prestação de serviços em abril de 2014, desde então, não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas demonstrações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

continua...

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE
INVESTCO

1 - Base de Cálculo	2014 (R$ mil)			2013 (R$ mil)		
Receita líquida (RL)	205.131			196.418		
Resultado operacional (RO)	111.845			92.962		
Folha de pagamento bruta (FPB)	8.709			9.096		
2 - Indicadores Sociais Internos	**R$ mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**R$ mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	732,65	8,41%	0,36%	722,00	7,94%	0,37%
Encargos sociais compulsórios	2.103,80	24,16%	1,03%	2.536,00	27,88%	1,29%
Previdência privada	176,50	2,03%	0,09%	113,00	1,24%	0,06%
Saúde	564,52	6,48%	0,28%	730,00	8,03%	0,37%
Segurança e saúde no trabalho	36,72	0,42%	0,02%	-	0,00%	0,00%
Educação	25,52	0,29%	0,01%	37,00	0,41%	0,02%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	107,60	1,24%	0,05%	199,00	2,19%	0,10%
Creches ou auxílio-creche	22,21	0,26%	0,01%	20,00	0,22%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	695,51	7,99%	0,34%	823,00	9,05%	0,42%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	39,92	0,46%	0,02%	189,00	2,08%	0,10%
Total - Indicadores sociais internos	**4.504,95**	**51,73%**	**2,20%**	**5.369,00**	**59,03%**	**2,73%**
3 - Indicadores Sociais Externos	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	-	0,00%	0,00%	30,00	0,03%	0,02%
Cultura	162,00	0,14%	0,08%	450,00	0,48%	0,23%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	100,00	0,09%	0,05%	238,00	0,26%	0,12%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	76,00	0,08%	0,04%
Total das contribuições para a sociedade	**262,00**	**0,23%**	**0,13%**	**794,00**	**0,85%**	**0,40%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	42.715,00	38,19%	20,82%	34.194,00	36,78%	17,41%
Total - Indicadores sociais externos	42.977,00	38,43%	20,95%	34.988,00	37,64%	17,81%
4 - Indicadores Ambientais	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	0	0,00%	0,00%	4.749,53	5,11%	2,42%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	0	0,00%	0,00%	4.749,53	5,11%	2,42%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	**(x) não possui metas** ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% **(x) cumpre de 76 a 100%**		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	**2014**			**2013**		
Nº de empregados(as) ao final do período	66,00			68,00		
Nº de admissões durante o período	8,00			-		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	-			68,00		
Nº de estagiários(as)	-			-		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	5,00			12,00		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	17,00			17,00		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	-			1,00		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	4,00			19,00		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)				-		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	-			4,00		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2014**			**Metas 2014**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	ND			ND		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) todos + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	**na empresa:**	**no Procon:**	**na Justiça:**	**na empresa:**	**no Procon:**	**na Justiça:**
	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	**na empresa:**	**no Procon:**	**na Justiça:**	**na empresa:**	**no Procon:**	**na Justiça:**
	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**204.745,00**			**163.398,00**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 25,0% acionistas: 24,0% colaboradores: 6,0% retido: 29,0%			governo: 39,0% acionistas: 27,0% colaboradores: 5,0% retido: 14,0%		
7 - Outras Informações						
N/A - Não Aplicáveil.						

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	81.046	22.660
Concessionárias	5	618	683
Impostos e contribuições sociais	7	4.578	8.492
Rendas a receber	6	18.425	17.624
Outros créditos	10	4.425	4.175
Total do Ativo circulante		**109.092**	**53.634**
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados		483	451
Outros créditos	10		2
		483	**453**
Imobilizado	11	1.228.494	1.256.876
Intangível	12	24.787	25.390
		1.253.281	**1.282.266**
Total do Ativo Não circulante		**1.253.764**	**1.282.719**
TOTAL DO ATIVO		**1.362.856**	**1.336.353**

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores		5.358	3.708
Impostos e contribuições sociais	7	9.878	9.803
Dividendos	14	38.536	38.167
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	10.748	10.637
Benefícios pós-emprego	16	45	37
Uso do bem público	17	4.235	4.057
Provisões	18	1.723	4.339
Outras contas a pagar	10	3.589	2.973
Total do Passivo Circulante		**74.112**	**73.721**
Não circulante			
Tributos diferidos	8	12.987	13.418
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	78.874	77.073
Benefícios pós-emprego	16	584	698
Partes relacionadas	9	52	86
Uso do bem público	17	40.775	40.861
Provisões	18	14.884	13.914
Outras contas a pagar	10		368
Total do Passivo Não circulante		**148.156**	**146.418**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	19.1	804.459	804.459
Reservas de capital	19.3	14.473	14.473
Reservas de lucros	19.3	321.434	297.232
Outros resultados abrangentes	19.3	222	50
Total do Patrimônio líquido		**1.140.588**	**1.116.214**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.362.856**	**1.336.353**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2014	2013
Receitas	20	**205.131**	**196.418**
Custo da produção e do serviço de energia elétrica			
Custo do serviço de energia elétrica	21		
Energia elétrica comprada para revenda		(1.822)	(90)
Encargos de uso da rede elétrica		(1.380)	(1.390)
		(3.202)	**(1.480)**
Custo de operação	21		
Pessoal		(5.981)	(6.587)
Materiais e serviços de terceiros		(7.746)	(5.412)
Depreciações e amortizações		(36.448)	(36.585)
Outros custos de operação		(57)	(76)
		(50.232)	**(48.660)**
		(53.434)	**(50.140)**
Lucro bruto		**151.697**	**146.278**
Despesas e Receitas operacionais	21		
Despesas com vendas		15	20
Despesas gerais e administrativas		(16.971)	(18.362)
Depreciações e amortizações		(402)	(455)
Outras despesas e receitas operacionais		(456)	(1.516)
		(17.814)	**(20.313)**
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		**133.883**	**125.965**
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		5.524	2.611
Despesas financeiras		(27.562)	(35.614)
		(22.038)	**(33.003)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	23	**111.845**	**92.962**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(19.833)	(14.118)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		520	1.357
		(19.313)	**(12.761)**
Resultado líquido do exercício		**92.532**	**80.201**
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	24		
ON		0,16971	0,14626
PNR		0,01223	0,01223
PNA		0,16971	0,14626
PNB		0,03669	0,03666
PNC		0,16971	0,14626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	111.845	92.962
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(15)	(20)
Depreciações e amortizações	36.850	37.040
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	217	741
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15.489	14.283
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	3.949	5.057
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	155	100
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	823	5.413
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	351	496
Ajuste a valor presente	6.520	9.551
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(1)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(379)	(22)
Outros	940	870
	176.745	**166.470**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	80	(114)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(1.623)	(1.097)
Cauções e depósitos vinculados	(32)	686
Rendas a receber	(801)	5.155
Outros ativos operacionais	(248)	(410)
	(2.624)	**4.220**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	1.650	(1.142)
Outros tributos e contribuições sociais	(1.559)	(6.628)
Benefícios pós-emprego		120
Provisões	(2.820)	(8.230)
Uso do bem público	(3.857)	(3.645)
Outros passivos operacionais	(692)	(867)
	(7.278)	**(20.392)**
Caixa proveniente das atividades operacionais	**166.843**	**150.298**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.007)	(31.610)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**146.836**	**118.688**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(8.135)	(7.159)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(8.135)**	**(7.159)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(34)	(401)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(61.628)	(72.894)
Pagamentos de encargos de dívidas	(18.653)	(21.597)
Caixa líquido aplicado nas atividades financiamento	**(80.315)**	**(94.892)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**58.386**	**16.637**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	81.046	22.660
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.660	6.023
	58.386	**16.637**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2014	2013
Resultado líquido do exercício	**92.532**	**80.201**
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	261	461
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(89)	(157)
Resultado abrangente do exercício	**92.704**	**80.505**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2014	2013
Geração do valor adicionado	**236.473**	**225.783**
Receita operacional	228.305	218.603
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	15	21
Receita relativa à construção de ativos próprios	8.134	7.159
Outras receitas	19	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(31.728)**	**(27.870)**
Custos da energia comprada	(2.008)	(99)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.521)	(1.531)
Materiais	(6.078)	(2.749)
Serviços de terceiros	(19.527)	(19.195)
Outros custos operacionais	(2.594)	(4.296)
Valor adicionado bruto	**204.745**	**197.913**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(36.902)	(37.126)
Valor adicionado líquido produzido	**167.843**	**160.787**

	2014	2013
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.524	2.611
Valor adicionado total a distribuir	**173.367**	**163.398**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	8.050	8.765
Benefícios	1.571	1.661
FGTS	584	696
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	42.568	35.499
Estaduais	141	337
Municipais	6	119
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	27.562	35.614
Aluguéis	353	506
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	42.221	41.811
	123.056	**125.008**
Lucros retidos	50.311	38.390
	173.367	**163.398**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**804.459**	**14.473**	**290.607**	**-**	**-**	**1.109.539**
Ajustes de exercícios anteriores			254	(254)	(268)	(268)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	**804.459**	**14.473**	**290.861**	**(254)**	**(268)**	**1.109.271**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2013			(31.751)			(31.751)
Lucro líquido do exercício					80.201	80.201
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			3.997		(3.997)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(41.811)	(41.811)
Dividendo adicional proposto			34.125		(34.125)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				461		461
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(157)		(157)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**804.459**	**14.473**	**297.232**	**50**	**-**	**1.116.214**

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**804.459**	**14.473**	**297.232**	**50**	**-**	**1.116.214**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2014			(26.109)			(26.109)
Lucro líquido do exercício					92.532	92.532
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			4.627		(4.627)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(42.221)	(42.221)
Dividendo adicional proposto			45.684		(45.684)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				261		261
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(89)		(89)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**804.459**	**14.473**	**321.434**	**222**	**-**	**1.140.588**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão. O valor recolhido a título de UBP no exercício foi de R$3.857 (Nota 17).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria (Nota 10.3).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2015.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.5.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 8); Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.5); Mensuração de instrumentos financeiros (Nota 25.1.3); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 18.1); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 18.2) e ao plano de Benefícios pós-emprego (Nota 16).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados quanto a sua recuperabilidade ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve evidências de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.6 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

2.6.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (ii) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes (FVTOCI)" para alguns instrumentos de dívida simples.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)

Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma enfatiza o reconhecimento da receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

A Administração da Companhia acredita que a IFRS 9 e a IFRS 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

2.6.2 Normas, interpretações e orientações novas e revisadas já emitidas pelo CPC adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2014.

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2014, passou a adotar novas normas e interpretações emitidas pelo CPC. As seguintes normas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) ICPC 19 - Tributos (IFRIC 21); (ii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação: Compensação de ativos e passivos financeiros (IAS 32); e (iii) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros (IAS 36).

Segue abaixo a norma que resultou em impacto na apresentação das demonstrações financeiras:

OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral

O objetivo desta orientação é tratar dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros. São destacados na orientação a utilização dos conceitos de materialidade e relevância quando da elaboração dos relatórios contábil-financeiros, principalmente na elaboração das notas explicativas.

Na adoção do OCPC 07 a Companhia reavaliou a materialidade e a relevância das informações contábil-financeiras resultando em mudanças na apresentação das notas explicativas. Dentre as alterações, destaca-se a realocação da nota explicativa do "Resumo das principais práticas contábeis" para as notas explicativas específicas de cada rubrica.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Lei nº 12.973, de 13 de novembro de 2014 (Conversão da Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013) e Instrução Normativa RFB nº 1.515, de 24 de novembro de 2014

A Lei nº 12.973/14, trouxe mudanças relevantes para as regras tributárias federais em vigor obrigatoriamente a partir de janeiro de 2015, sendo facultada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Entre as principais alterações nas regras tributárias a Lei revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e prevê a entrega de nova obrigação acessória, a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) em substituição da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ). A referida Legislação já foi regulamentada pela Instrução Normativa nº 1.515/14, entretanto, alguns temas relevantes estão pendentes de regulamentação pela Receita Federal do Brasil.

A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Bancos conta movimento	26.271	12.507
Aplicações financeiras - renda fixa	54.775	10.153
Total	**81.046**	**22.660**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas lastreadas em Debêntures remunerados a taxas que variam de 100,00% a 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

5 Concessionárias

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2014 de R$618 (R$683 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à: (i) venda de energia em negociações bilateriais ou em Leilões de energia promovidos pela ANEEL; (ii) venda de sobra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não há saldo de PCLD em 31 de dezembro de 2014 (R$15 em 31 de dezembro de 2013).

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

6 Rendas a receber

	31/12/2014	31/12/2013
Lajeado Energia	13.450	12.866
Paulista Lajeado Energia	1.290	1.233
CEB Lajeado	3.685	3.525
	18.425	**17.624**

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 9).

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

7 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2013	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2014
Ativo - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social		8.048		379	20.007	(5.163)	(19.397)	3.874
ICMS		-	13					13
PIS e COFINS		-	927				(927)	-
IRRF sobre aplicações financeiras		436	653				(436)	653
Outros		8	30					38
Total		**8.492**	**1.623**	**379**	**20.007**	**(5.163)**	**(20.760)**	**4.578**
		Saldo em 31/12/2013	**Adição**	**Atualização monetária**	**Adiantamentos/ Pagamentos**	**Compensação de tributos**	**Transferência**	**Saldo em 31/12/2014**
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social		-	19.833				(19.833)	-
ICMS		12	477		(445)			44
PIS e COFINS		1.546	21.123		(15.020)	(5.163)	(927)	1.559
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		42	593		(595)			40
IRRF sobre juros s/ capital próprio	7.1	7.701	7.777		(7.701)			7.777
Encargos com pessoal		436	2.765		(2.826)			375
Outros		66	311		(294)			83
Total		**9.803**	**52.879**	**-**	**(26.881)**	**(5.163)**	**(20.760)**	**9.878**

Os impostos e contribuições sociais correntes são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2014 aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14), com retenção de R$7.777, conforme legislação liquidado em janeiro de 2015.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8 Tributos diferidos

8.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, no prazo máximo de 10 anos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo CPC 32.

8.1.1 Composição e base de cálculo

		Passivo Não circulante		Resultado	
Natureza dos créditos	**Nota**	**31/12/2014 IRPJ/CSLL**	**31/12/2013 IRPJ/CSLL**	**31/12/2014 IRPJ/CSLL**	**31/12/2013 IRPJ/CSLL**
Diferenças temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(5)	(5)	(7)
Benefício pós-emprego		(326)	(272)	54	71
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(1.714)	(1.484)	230	629
Total diferenças temporárias		**(2.040)**	**(1.761)**	**279**	**693**
Diferenças temporárias - RTT					
Uso do bem público - CPC 25		(8.110)	(11.087)	(2.977)	700
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	8.1.1.1	23.022	23.671	649	758
Benefícios a empregados - CPC 33 (R1)		115	26		
Outras			2.569	2.569	(794)
Total diferenças temporárias - RTT		**15.027**	**15.179**	**241**	**664**
Total		**12.987**	**13.418**	**520**	**1.357**

A variação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos no montante de R$431, foi registrada em contrapartida crédito do resultado do exercício no valor de R$520 e a débito no Patrimônio líquido de R$89.

8.1.1.1 Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 25).

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas Controladoras, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

				Ativo Circulante		Passivo Não circulante		Receitas (Despesas) Operacionais	
	Relacionamento	**Preço praticado (R$/MWh)**	**Duração**	**31/12/2014**	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Bandeirante	Controle Comum	148,17	01/08/2002 a 15/12/2032	136	154			1.614	1.503
EDP Bandeirante	Controle Comum	148,17	01/08/2002 a 15/12/2032	12	4			151	46
				148	**158**	**-**	**-**	**1.765**	**1.549**
Rendas a receber (Nota 6)									
Arrendamento UHE Lajeado									
Lajeado	Controladora direta		15/01/1998 a 15/01/2033	13.451	12.866			146.477	140.109
CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	3.685	3.525			40.131	38.386
Paulista Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	1.289	1.233			14.046	13.435
				18.425	**17.624**	**-**	**-**	**200.654**	**191.930**
Partes relacionadas									
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL			29	67	(562)	(955)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2011 a 31/12/2014			23	19	(259)	(200)
Prestação de serviços de consultoria ambiental									
Energest	Controle Comum		29/09/2011 a 28/09/2015						(189)
				-	**-**	**52**	**86**	**(821)**	**(1.344)**
Outras contas a pagar									
Prestação de serviços de consultoria ambiental									
Energest	Controle Comum		29/09/2011 a 28/09/2015					(144)	
				-	**-**	**-**	**-**	**(144)**	**-**
				18.573	**17.782**	**52**	**86**	**201.454**	**192.135**

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora indireta da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding*, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do *timesheet*.

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

O tema compartilhamento de recursos humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e atualmente, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 072/2014, cujo período de contribuições encerra-se em 23 de fevereiro de 2015. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento para anuência e o contrato vigente ficará prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

O contrato tem vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2011 e não necessita de ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 338/2008, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Em janeiro de 2012, foi firmado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato para revisão dos percentuais de rateio no conjunto de contratos da contratada. Com a mudança de endereço da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, em junho de 2013, o custo global e o percentual de rateio foram revisados, com consequente celebração do segundo Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 27.2).

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Remuneração anual total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (em R$).

	Conselho de Administração	Proporção %	Diretoria Estatutária	Proporção %	Conselho Fiscal	Proporção %	Total
Número de membros	(*)		(**)		(***)		
Remuneração fixa							
(em R$)	**76.003**	100%	**385.192**	100%	**121.644**	100%	**582.839**
Salário ou pró-labore	63.336		298.160		101.370		462.866
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a		3.547		n/a		3.547
Encargos sociais	12.667		83.485		20.274		116.426
Valor Total da remuneração	**76.003**		**385.192**		**121.644**		**582.839**

(*) Das 3 posições do Conselho de Administração, apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R$100.000,00, para o período de abril de 2014 a março de 2015, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2014.

(**) Das 7 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é de até R$350.000,00, para o período de abril de 2014 até março de 2015, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2014.

(***) Todos os 5 membros do Conselho Fiscal são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal é de até R$108.000,00, para o período de abril de 2014 até março de 2015, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2014.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Previdência Privada e Vale Refeição.

9.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (em R$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	1,00	2,00	4,92
Valor da maior remuneração individual	76.003	228.987	21.960
Valor da menor remuneração individual	76.003	114.493	18.000
Valor médio da remuneração individual	76.003	192.596	24.724

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

		Circulante		Não circulante
	Nota	**31/12/2014**	**31/12/2013**	**31/12/2013**
Outros créditos - Ativo				
Estoques	10.1	4.403	4.160	
Outros		22	15	2
Total		**4.425**	**4.175**	**2**
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento		296	352	
Obrigações estimadas com pessoal	10.2	1.921	1.988	
Encargos regulamentares e setoriais	10.3	1.011	559	368
Outros		361	74	
Total		**3.589**	**2.973**	**368**

10.1 Estoques

Refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, estão classificados na rubrica de Imobilizado (Nota 11). Ambos os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

10.2 Obrigações estimadas com pessoal

Referem-se aos montantes de provisão de férias e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.

10.3 Encargos regulamentares e setoriais

Do saldo total de encargos regulamentares e setoriais em 31 de dezembro de 2014 de R$1.011 (R$559 em 31 de dezembro de 2013), R$961 (R$885 em 31 de dezembro de 2013) referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. O programa de P&D é regulamentado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo líquido contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes ao programa.

11 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº367, de 2 de junho de 2009, atualizadas posteriormente pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

No final da Concessão, o saldo remanescente dos ativos vinculados a concessão serão revertidos e indenizados pela União, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, em critério de cálculo a ser definido pelo Poder Concedente. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por parecer de seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11.1 Composição do imobilizado

	31/12/2014				31/12/2013			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	689.038	(165.644)	523.394	2,00	684.269	(151.985)	532.284
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,23	332.886	(96.976)	235.910	3,22	332.236	(89.516)	242.720
Máquinas e equipamentos	4,53	400.923	(132.567)	268.356	4,51	405.408	(128.975)	276.433
Veículos	14,29	880	(792)	88	14,29	839	(775)	64
Móveis e utensílios	6,25	9		9				-
		1.538.246	**(395.979)**	**1.142.267**		**1.537.262**	**(371.251)**	**1.166.011**
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.328	(4.191)	4.137	3,33	8.328	(3.913)	4.415
Máquinas e equipamentos	3,40	72.883	(27.127)	45.756	3,40	72.883	(24.661)	48.222
		81.211	**(31.318)**	**49.893**		**81.211**	**(28.574)**	**52.637**
Administração								
Máquinas e equipamentos	10,65	655	(347)	308	10,34	439	(273)	166
Veículos	14,29	674	(418)	256	14,29	677	(323)	354
Móveis e utensílios	6,25	396	(274)	122	6,25	389	(245)	144
		1.725	**(1.039)**	**686**		**1.505**	**(841)**	**664**
Total do Imobilizado em serviço		**1.621.182**	**(428.336)**	**1.192.846**		**1.619.978**	**(400.666)**	**1.219.312**
Imobilizado em curso								
Geração								
Terrenos (Nota 18.1.1.1)		14.305		14.305		14.305		14.305
Outros		20.099		20.099		22.647		22.647
Administração		1.244		1.244		612		612
Total do Imobilizado em curso		**35.648**	**-**	**35.648**		**37.564**	**-**	**37.564**
Total Imobilizado		**1.656.830**	**(428.336)**	**1.228.494**		**1.657.542**	**(400.666)**	**1.256.876**

11.1.1 Futura licitação de linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)
Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R$49.893 relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.
A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que seria realizado o Leilão de Transmissão nº 004/2014 que previa a licitação do segundo circuito da LT 500kV Miracema-Lajeado dentre outras instalações, com vistas à atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.
Em 18 de novembro de 2014 foi realizado o referido Leilão. Todavia, não houveram propostas para o respectivos ativos. A ANEEL incluirá novamente estes ativos em Leilões futuros a serem realizados em 2015.
Após a respectiva licitação, os ativos relativos à LT 500kV Miracema-Lajeado e SE 500/230kV Lajeado deverão ser transferidos ao novo transmissor, sem ônus ao mesmo, uma vez que tais instalações passarão a compor a Rede Básica.
A Companhia não identificou ajustes a serem feitos em suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014.

11.2 Mutação do imobilizado

	Valor líquido 31/12/2013	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2014
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.510						114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	532.284		4.769	(13.659)			523.394
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.135		650	(7.738)			240.047
Máquinas e equipamentos	324.821		4.181	(14.581)		(1)	314.420
Veículos	418		40	(113)	(1)		344
Móveis e utensílios	144		9	(23)		1	131
Total do Imobilizado em serviço	**1.219.312**	**-**	**9.649**	**(36.114)**	**(1)**	**-**	**1.192.846**
Total do Imobilizado em curso	**37.564**	**7.927**	**(9.649)**	**-**	**(178)**	**(16)**	**35.648**
Total Imobilizado	**1.256.876**	**7.927**	**-**	**(36.114)**	**(179)**	**(16)**	**1.228.494**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2014, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

12 Intangível
Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização, com exceção das servidões permanentes que estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas.
Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

	31/12/2014				31/12/2013			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(8.476)	11.661	3,22	20.137	(7.828)	12.309
		20.137	**(8.476)**	**11.661**		**20.137**	**(7.828)**	**12.309**
Sistema de transmissão de conexão								
Servidão permanente		111		111		111		111
		111	**-**	**111**		**111**	**-**	**111**
Administração								
Software	20,00	1.629	(1.281)	348	20,00	1.441	(1.136)	305
		1.629	**(1.281)**	**348**		**1.441**	**(1.136)**	**305**
Total do Intangível em serviço		**21.877**	**(9.757)**	**12.120**		**21.689**	**(8.964)**	**12.725**
Intangível em curso								
Geração								
Desenvolvimento de projetos		12.450		12.450		12.450		12.450
Outros		16		16		60		60
Administração		201		201		155		155
Total do Intangível em curso		**12.667**	**-**	**12.667**		**12.665**	**-**	**12.665**
Total Intangível		**34.544**	**(9.757)**	**24.787**		**34.354**	**(8.964)**	**25.390**

Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão (Notas 1.1.1 e 17).
Servidão permanente: são direitos de passagem para linhas de conexão e de transmissão associadas à geração de energia da Companhia, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como estes ativos têm vida útil indefinida, não são amortizados.
Desenvolvimento de projetos: o montante de R$12.450 refere-se a gastos com estudos, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE - Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo e homologado junto à ANEEL. Os estudos de engenharia foram entregues à ANEEL e os estudos ambientais estão aguardando a autorização dos órgãos competentes, para realização do levantamento relativo à população indígena na área impactada pelo empreendimento.
A mutação do Intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2013	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2014
Intangível em serviço							
Software	305		188	(141)	(4)		348
Servidão permanente	111						111
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	12.309			(648)			11.661
Total do Intangível em serviço	**12.725**	**-**	**188**	**(789)**	**(4)**	**-**	**12.120**
Intangível em curso							
Outros intangíveis em curso	12.665	208	(188)		(34)	16	12.667
Total do Intangível em curso	**12.665**	**208**	**(188)**	**-**	**(34)**	**16**	**12.667**
Total Intangível	**25.390**	**208**	**-**	**(789)**	**(38)**	**16**	**24.787**

13 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2014	31/12/2013
Encargos de uso da rede elétrica	153	150
Operações CCEE	486	
Materiais e serviços	4.719	3.558
Total	**5.358**	**3.708**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

14 Dividendos
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício estabelecido no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.
Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 09 de abril de 2014, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, com distribuição de dividendos no valor de R$26.109 aos acionistas detentores de ações ordinárias e Juros sobre o Capital Próprio - JSCP no valor de R$41.811 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "R". Também foram deliberados os dividendos no valor de R$8.016 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C" e JSCP no valor de R$12.067 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C" (Nota 15). Os respectivos dividendos e JSCP foram pagos em 18 de julho de 2014 e 19 de setembro de 2014.
Em 29 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP no montante bruto de R$54.414, sendo R$42.221 atribuíveis aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "R" e R$12.193 atribuíveis aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe "A", "B" e "C" (Nota 15). Os JSCP serão imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	Passivo				
	31/12/2013	Adições	Pagamentos	Pagamento não realizado	31/12/2014
Lajeado Energia S.A.	25.943	45.258	(45.003)		26.198
CEB Lajeado S.A.	7.108	12.400	(12.330)		7.178
Paulista Lajeado Energia S.A.	2.488	4.339	(4.315)		2.512
Acionistas não controladores	2.628			20	2.648
Total	**38.167**	**61.997**	**(61.648)**	**20**	**38.536**

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

			31/12/2014				31/12/2013			
			Encargos		Principal		Encargos		Principal	
	Finalidade	Forma de pagamento	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional										
Ações recebíveis cumulativa	Ações preferenciais resgatáveis A, B e C	Dividendos anuais e pagamento do principal	10.748	43.824	35.050	89.622	10.637	44.828	32.245	87.710
Total			**10.748**	**43.824**	**35.050**	**89.622**	**10.637**	**44.828**	**32.245**	**87.710**

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e descontado a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

15.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Valor líquido em 31/12/2013	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/12/2014
Circulante						
Juros	10.637	(20.097)	15.489	4.719		10.748
	10.637	**(20.097)**	**15.489**	**4.719**	**-**	**10.748**
Não circulante						
Principal	32.245				2.805	35.050
Juros	44.828			(4.719)	3.715	43.824
	77.073	**-**	**-**	**(4.719)**	**6.520**	**78.874**

Os juros provisionados de R$15.489 está composto por: (i) R$8.016 referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2014; e R$7.473 referem-se a complemento de JSCP aprovados em Reunião do Conselho de Administração de 29 de dezembro de 2014 (Nota 14).

15.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

	Vencimento
Circulante	
2015	10.748
	10.748
Não circulante	
2016	4.342
2017	3.995
2018	3.675
2019	3.381
2020 até 2024	13.253
2025 até 2029	8.733
2030 até 2034	41.495
	78.874
Total	**89.622**

16 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores na modalidade de Contribuição definida e benefício definido de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Assistência médica - Lei nº 9.656/98	37	29	584	698
Previdência Privada	8	8		
	45	**37**	**584**	**698**

16.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e a Companhia administra um plano PGBL, este contratado por meio do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Os planos de custeio são sustentados paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamentos dos planos.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R$148 (R$97 em 2013).

Esses planos em 31 de dezembro de 2014 tem a adesão de 39 colaboradores.

16.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Companhia de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2014 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício definido. Segue abaixo a movimentação para este plano no exercício:

	2014		2013	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(727)	(727)	(976)	(976)
Custo do serviço corrente	(69)	(69)	(122)	(122)
Custo dos juros	(86)	(86)	(90)	(90)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	261	261	461	461
Saldo final reconhecido	**(621)**	**(621)**	**(727)**	**(727)**

17 Uso do bem público

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do bem público (Nota 1.1.1) até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 12) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do bem público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão.

No exercício de 2014, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2014, o saldo remanescente encontra-se segregado no circulante e não circulante.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2013	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2014
Circulante						
Uso do bem público	4.057	(5)	184	(3.857)	3.856	4.235
	4.057	**(5)**	**184**	**(3.857)**	**3.856**	**4.235**
Não circulante						
Uso do bem público	40.861	1.370	2.400		(3.856)	40.775
	40.861	**1.370**	**2.400**	**-**	**(3.856)**	**40.775**

18 Provisões

	Nota	Circulante 31/12/2014	Circulante 31/12/2013	Não circulante 31/12/2014	Não circulante 31/12/2013
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	18.1			8.588	7.969
Licenças ambientais	18.2	1.723	4.339	6.296	5.945
Total		**1.723**	**4.339**	**14.884**	**13.914**

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

18.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em processos administrativos em órgãos governamentais e ações judiciais em diversos tribunais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

18.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo		Baixas				Ativo Depósito Judicial	
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações Monetárias	Saldo em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	68	5		(2)	9	80	363	373
Cíveis	6.401	10	(123)	(296)	1.016	7.008	30	31
Outros	1.500					1.500		
Total	**7.969**	**15**	**(123)**	**(298)**	**1.025**	**8.588**	**393**	**404**
Não circulante	7.969					8.588	393	404
Total	**7.969**					**8.588**	**393**	**404**

18.1.1.1 Cíveis

Do montante provisionado de R$7.008, refere-se em sua maioria:

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Terrenos (Nota 11).

18.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas diversas ações judiciais que encontram-se em andamento.

18.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

			Ativo Depósito Judicial	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	513	75	84	35
Cíveis	93.419	88.590		1
Fiscais	2.391	2.286	5	
Total	**96.323**	**90.951**	**89**	**36**

18.1.2.1 Cíveis

Indenizações

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se a ações descritas na nota 18.1.1.1 - Indenizações, no montante de R$93.220 em 31 de dezembro de 2014 (R$88.070 em 31 de dezembro de 2013).

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4º Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A ANEEL apresentou recurso e a Companhia aguarda intimação para apresentar contrarrazões. Esta liminar está vigente até a presente data.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 é de R$120 (R$91 em 31 de dezembro de 2013).

18.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação da usina, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença, o custo estimado desses desembolsos é provisionado e também é registrado como um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental durante o exercício de 2014 foram de R$4.873. Deste montante, R$3.006 referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R$1.867 são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Pagamentos	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2014
Circulante	4.339	390	(3.006)		1.723
Não circulante	5.945			351	6.296
Total	**10.284**	**390**	**(3.006)**	**351**	**8.019**

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto Social, o Capital social em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R$961.794. Para fins de demonstrações financeiras, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é de R$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R$157.335 em 31 de dezembro de 2013 correspondente às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Notas 15 e 25.1.2). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2014 segue conforme demonstrado a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2013:

	31/12/2014											
	Em milhares de ações											
Acionistas	**Qtd. de ações "ON"**	**% Participação**	**Qtd. de ações "PNR"**	**% Participação**	**Qtd. de ações "PNA"**	**% Participação**	**Qtd. de ações "PNB"**	**% Participação**	**Qtd. de ações "PNC"**	**% Participação**	**Total**	**% Participação**
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	**100,00**	**255.560**	**100,00**	**16.289**	**100,00**	**5.156**	**100,00**	**107.199**	**100,00**	**786.406**	**100,00**

19.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada período serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

a) 5% da Reserva legal, que não excederá 20% do Capital social;

b) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;

c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;

d) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em períodos anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de lucros a realizar formada em períodos anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;

e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;

f) no período em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do período, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e

g) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Segue abaixo a distribuição do resultado do exercício de 2014:

	31/12/2014
Lucro líquido apurado no exercício	92.532
Constituição da reserva legal - 5%	(4.627)
	87.905
Destinação do lucro	**87.905**
Dividendos intermediários - JSCP	42.221
Dividendo adicional proposto	45.684

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social;

(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social;

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

(i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

(iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

19.3 Reservas

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações	19.3.1	14.473	14.473
		14.473	**14.473**
Reservas de lucros			
Legal		35.317	30.690
Retenção de lucros	19.3.2	55.779	47.763
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	19.3.3	184.654	184.654
Dividendo adicional proposto	19.3.4	45.684	34.125
		321.434	**297.232**
Outros resultados abrangentes	19.3.5		
(Perda)/Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego		337	76
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(115)	(26)
		222	**50**
Total		**336.129**	**311.755**

19.3.1 Ágio na emissão de ações

O valor de R$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

19.3.2 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

19.3.3 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

19.3.4 Dividendo adicional proposto

Esta reserva refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

19.3.5 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2013	Ganhos	Perdas	Provisão IR/CS	Saldo em 31/12/2014
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	50	279	(18)	(89)	222
	50	**279**	**(18)**	**(89)**	**222**

20 Receitas

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e as receitas com operações de energia elétrica são reconhecidas no resultado em função da sua competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e

(ii) O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

	MWh (*)		R$	
	2014	2013	2014	2013
Suprimento de energia elétrica	43.231	43.446	6.423	6.134
Energia de curto prazo	69	817	176	344
Receitas com operações de energia elétrica	**43.300**	**44.263**	**6.599**	**6.478**
Arrendamentos e aluguéis			221.105	211.494
Outras receitas operacionais			601	631
Receita operacional bruta	**43.300**	**44.263**	**228.305**	**218.603**
(-) Deduções à receita operacional			**(23.174)**	**(22.185)**
PIS/COFINS			(21.123)	(20.221)
P&D			(2.051)	(1.964)
Receitas	**43.300**	**44.263**	**205.131**	**196.418**

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

21 Gastos operacionais

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração dos gastos operacionais estão discriminados a seguir:

(i) a energia elétrica comprada para revenda é reconhecida em função de sua utilização e registro dos contratos na CCEE, deduzida de reembolsos do Poder Concedente.

(ii) os gastos gerenciáveis são reconhecidos com base na associação direta da receita e quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

	2014						2013
	Custo do serviço		Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda	1.822					1.822	90
Encargos de uso da rede elétrica	1.380					1.380	1.390
Taxa de fiscalização					17	17	17
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)					259	259	223
	3.202	**-**	**-**	**-**	**276**	**3.478**	**1.720**
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada (i)		5.981		5.296		11.277	12.129
Material		781		180		961	1.059
Serviços de terceiros		6.965		9.438		16.403	14.560
Depreciação		35.767		294		36.061	36.249
Amortização		681		108		789	791
PCLD/perdas líquidas			(15)			(15)	(20)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				(202)		(202)	933
Aluguéis e arrendamentos				342		342	478
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					180	180	343
Outras		57		1.917		1.974	2.211
Total	**3.202**	**50.232**	**(15)**	**17.373**	**456**	**71.248**	**70.453**

(i) Em atendimento às melhores práticas do mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBovespa, apresentamos o investimento em treinamento da Companhia que é dividido em: desenvolvimento de lideranças; desenvolvimento de projetos corporativos; treinamentos e seminários técnicos e comportamentais; bolsas de estudo; e desenvolvimento de idiomas. Do valor total de R$11.277 da rubrica de Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada, R$133 (R$236 em 31 de dezembro de 2013) referem-se a treinamentos.

22 Resultado financeiro

	Nota	2014	2013
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções		4.726	1.777
Juros e multa sobre impostos		379	22
Outras receitas financeiras		419	812
		5.524	**2.611**
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	15.2	(15.489)	(15.712)
Variações monetárias moeda nacional		(351)	(496)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros		(1.025)	(4.480)
Ajustes a valor presente		(7.885)	(10.489)
Atualização monetária uso do bem público	17	(2.584)	(4.120)
Benefícios pós-emprego		(93)	(100)
Outras despesas financeiras		(135)	(217)
		(27.562)	**(35.614)**
		(22.038)	**(33.003)**

23 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

	IRPJ/CSLL	
	2014	2013
Lucro antes do IRPJ e CSLL	111.845	92.962
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	**(38.027)**	**(31.608)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(99)	(150)
Juros sobre o capital próprio	18.502	18.320
Outras	21	143
Outros		
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	266	510
Outras	24	24
Despesa de IRPJ e CSLL	**(19.313)**	**(12.761)**
Alíquota Efetiva	17,27%	13,73%

24 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas. No exercício de 2014, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2014	2013
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	68.260	58.825
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	2.764	2.382
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	18.193	15.679
	92.532	**80.201**
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	786.406	**786.406**
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,16971	0,14626
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,16971	0,14626
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03666
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,16971	0,14626

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes (Nota 19.2)	Resultado por classe de ações
2013			
Ordinárias (ON)	41.018	17.807	58.825
Preferenciais Classe "R" (PNR)	26.063	(22.937)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1.661	721	2.382
Preferenciais Classe "B" (PNB)	526	(337)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	10.933	4.746	15.679
	80.201	**-**	**80.201**
2014			
Ordinárias (ON)	47.324	20.936	68.260
Preferenciais Classe "R" (PNR)	30.070	(26.944)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1.917	847	2.764
Preferenciais Classe "B" (PNB)	607	(418)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	12.614	5.579	18.193
	92.532	**-**	**92.532**

25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A contratação destes instrumentos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia.
A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas com as condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP.
A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.
Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

	Nota
Ativos financeiros	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	4
Bancos conta movimento	
Aplicações financeiras	
Concessionárias	5
Rendas a receber	6
Passivos financeiros	
Circulante	
Fornecedores	13
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15
Uso do bem público	17
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	15
Partes relacionadas	9
Uso do bem público	17

25.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

25.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis
São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos mantidos até o vencimento
Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado
São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

Categoria	Níveis	31/12/2014 Valor Justo	31/12/2013 Valor Justo	31/12/2014 Valor Contábil	31/12/2013 Valor Contábil
Valor justo por meio do resultado	Nível 1	26.271	12.507	26.271	12.507
Valor justo por meio do resultado	Nível 2	54.775	10.153	54.775	10.153
Empréstimos e recebíveis	Nível 2	618	683	618	683
Empréstimos e recebíveis	Nível 2	18.425	17.624	18.425	17.624
		100.089	**40.967**	**100.089**	**40.967**
Empréstimos e recebíveis	Nível 2	5.358	3.708	5.358	3.708
Outros ao custo amortizado	Nível 2	10.748	10.637	10.748	10.637
Outros ao custo amortizado	Nível 2	4.235	4.057	4.235	4.057
Outros ao custo amortizado	Nível 2	78.874	77.073	78.874	77.073
Empréstimos e recebíveis	Nível 2	52	86	52	86
Outros ao custo amortizado	Nível 2	40.775	40.861	40.775	40.861
		140.042	**136.422**	**140.042**	**136.422**

25.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.
Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.
As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivalem ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas que, nestes casos, o valor contábil pode diferir ao seu valor justo.
As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:
(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.
(ii) Concessionárias: têm giro constante e é composto de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado. Desta forma, o valor justo se equivale ao preço da transação.
(iii) Rendas a receber: refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou junto à controladora e às demais concessionárias do Consórcio da UHE Lajeado, CEB Lajeado e Paulista Lajeado, os ativos que compõem a UHE Lajeado. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo IPCA medido pelo IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período. É classificado como valor justo por meio do resultado uma vez que os contratos de arrendamento são atualizados com taxas observáveis disponíveis no mercado.
(iv) Fornecedores: referem-se, principalmente, a valores a pagar relativos a compra de materiais e serviços utilizados na manutenção da usina. Como possuem giro constante, o valor justo se equivale ao preço da transação.
(v) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.
Nesta categoria estão constituídas as Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.
A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.
(vi) Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem margem de lucro.
(vii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa de 6% a.a. implícita ao projeto, que representa o custo médio de capital na data da assinatura do contrato de concessão.

25.1.3 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:
(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que é baseado em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas.
Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

25.2 Gestão de risco

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

25.2.2 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.
Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.
A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

		Aging cenário		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Até 1 ano**	**Provável**		**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.776	1.776		444	888	(444)	(888)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	2.196	2.196		549	1.098	(549)	(1.098)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**3.972**	**3.972**		**993**	**1.986**	**(993)**	**(1.986)**

A curva futura do indicador financeiro CDI, está de acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O indicador CDI teve seus intervalos entre 12,00% e 9,25% a.a.

25.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.
A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observam-se as características das captações efetivadas.
Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Concessionárias e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia, em 31 de dezembro de 2014, tem em caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias e Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.
A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas despachadas no sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.
Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.
A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2014, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	2.771	649	1.938			5.358
Partes relacionadas				52		52
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			10.748	18.503	60.371	89.622
Uso do bem público	321	995	2.919	16.146	24.629	45.010
	3.092	**1.644**	**15.605**	**34.701**	**85.000**	**140.042**

25.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou a constituição de dividendos a pagar no valor de R$42.221, atividades estas que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa.

27 Compromissos contratuais e Garantias

27.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2014, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2014				31/12/2013
	2015	2016 a 2017	2018 a 2019	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	140	229	45	414	495
Materiais e serviços	15.516	14.997	277	30.790	26.142
	15.656	**15.226**	**322**	**31.204**	**26.637**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e estão ajustadas ao valor presente pela taxa de 8,90% que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

As obrigações de compra incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

27.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2014	31/12/2013
Aval de acionista	Seguro de vida	8.348	7.907
Fiança bancária	Ações judiciais	635	635
Recebíveis	Compra de energia	20.943	20.267
Recebíveis	Outros	785	87
		30.711	**28.896**

28 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2014	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	14.230	14.230
Usinas	972.891	185.770
Prédios e conteúdos (próprios)	458	898
Prédios e conteúdos (terceiros)	898	
Transportes (veículos)	1.600	1.600
Acidentes pessoais	8.348	(*)

(*) Em acidentes pessoais o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo um limite mínimo de R$51 e o limite máximo de R$517.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Rubem Fonseca Filho
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

José Cherem Pinto
Diretor Vice-Presidente de Controle

Peter Eric Volf
Diretor Vice-Presidente

João Marcos Assis da Silva
Diretor Vice-Presidente

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora Administrativo e Financeiro

Elisa Saeko Ishizaka Turci
Gestora Executiva de Consolidação e Contabilidade

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Daniel Shen Cheng Chen
Diretor Jurídico

Renan Silva Sobral
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S"TO

CONSELHO FISCAL

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Christiano Chagas
Conselheiro

Marco Antonio Vieira
Conselheiro

Flávio Samuel Disitzer
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e com base no Parecer dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, manifestou-se, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam a situação econômico-financeira da Companhia e consideram que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral.

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro Efetivo

Christiano Chagas Monteiro de Melo
Conselheiro Suplente

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro Efetivo

Marco Antonio Vieira
Conselheiro Efetivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Investco S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" TO

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" TO